

Governo quer ensino pago

Jornal de Brasília

para controlar déficit

Aldori Silva

Aylê-Salassie

A redução das despesas do Governo para manter o déficit público num nível baixo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) poderá levar à introdução do regime de cobrança, de anuidades, semestralidades ou mensalidades também nas escolas públicas, de nível médio ou superior, que não estejam obrigadas, pela Constituição ou outra lei ordinária, a ministrar o ensino gratuitamente.

Essa informação foi apurada pelo **Jornal de Brasília** junto ao Gabinete do Ministro da Educação, Hugo Napoleão. O Ministério dispõe de diversos estudos sobre as condições sociais dos alunos das escolas públicas brasileiras, nos quais se constata que 80% aproximadamente dos estudantes são oriundos de famílias de classe média e alta, com renda superior a Cz\$ 60 mil.

O Ministro mandou consolidar os estudos já existentes e atualizá-los, com a finalidade de oferecer ao Governo uma contribuição significativa para a redução das despesas públicas. O Ministro, pessoalmente, entende que, no nível superior, o ensino gratuito beneficia apenas aqueles que podem pagar a universidade, onerando significativamente os cofres da União. Isto gera uma escassez de recursos, que impossibilita até mesmo melhorar as condições de ensino e laboratoriais nas escolas superiores.

O Brasil tem hoje aproximadamente um milhão de estudantes de curso superior, dos quais mais da metade estão matriculados em escolas públicas. Se, pelo menos,

300 mil desses alunos pagassem o ensino que recebem, a vida das universidades poderia ser bastante facilitada, em termos de condições de estudo e pesquisa, observa o assessor ministerial.

A cobrança de anuidades, semestralidades ou mensalidades nas instituições públicas de ensino superior não inviabilizaria o acesso do estudante carente à essas escolas. Para esse grupo de alunos, a ideia é manter o sistema de bolsas de estudos, pelo regime de empréstimos educativos — amortizações suaves, juros baixos e — prazos longos — de tal forma que não só ele pudesse se manter na universidade, como também dispor de um prazo de carência para ser absorvido pelo mercado profissional.

Nível médio

Além do ensino superior, que consome quase 60% do orçamento do Ministério da Educação, sem retorno visível, também o ensino público até 14 anos, ou 8ª. série do primeiro grau, consome e consumirá ainda por muito tempo, uma boa parcela dos gastos do Governo Federal com o ensino, porque trata-se de um compromisso legal. Nesse nível, a educação pública é gratuita e obrigatória e o ônus de dar cumprimento ao dispositivo constitucional cabe ao Estado.

No nível médio, entretanto, o custo do ensino nas três séries do segundo grau, e que poderão ser incluídas no projeto do ensino pago do Ministério da Educação, não chega a ter peso significativo no Orçamento do MEC, cuja contribuição, nessa área, se limita às escolas técnicas, agrícolas, industriais e comerciais com raras exceções. O ensino de 2º grau está

praticamente sob o controle de instituições privadas.

Nesses estabelecimentos, profissionalizantes, o contingente de alunos carentes é elevado. Portanto, não acredita o assessor ministerial que o Governo possa, num mesmo ato, criar mensalidades similares às das escolas superiores. Mesmo porque algumas dessas instituições são mantidas com outros objetivos como o de treinar técnicos para atender a demanda de mão-de-obra especializada nas áreas onde estão localizadas, e evitar a emigração do campo, no caso de escolas agrícolas.

A introdução do ensino público pago no Brasil vem se arrastando desde 1964, quando o Governo firmou o propósito de controlar as finanças do Estado, altamente afetadas pelo clientelismo político.

Esta foi uma bandeira que o movimento estudantil, mesmo em frangalhos, depois de 1968, conseguiu manter intacta, embora todos os estudos do Ministério da Educação, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA) e do próprio Ministério do Planejamento revelassem que a universidade pública brasileira, a cada ano, torna-se mais elitizada: só tem acesso a ela quem pode pagar cursinhos.

Essa é uma renda que o Governo está transferindo, sob a forma de subsídios implícitos para o setor privado. Daí a origem dos estudos recentes sobre as possibilidades da introdução do ensino pago nas escolas públicas brasileiras. O ministro Hugo Napoleão está disposto a dar continuidade ao projeto e para isto tem o apoio do Ministério da Fazenda.